

ANUÁRIO DE PESQUISA

GVpesquisa

2016 • 2017



ANUÁRIO DE PESQUISA 2016-2017

EDITOR CHEFE

Thomaz Wood Jr.

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Daniela Mansour M. da Silveira

ASSISTENTE

Isolete Rogeski

EDIÇÃO

Adriana Wilner

REVISÃO

Paula Thompson

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cris Tassi

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Impressão e acabamento: Única Gráfica e Editora Ltda. – EPP

Data de impressão: 08/06/2016

Tiragem: 450 exemplares

PERIODICIDADE

Anual

GVpesquisa

Av. Nove de Julho, 2029 – 11º andar • 01313-902 • São Paulo

Tel.: + 55 11 3799-7719/7842

<http://gvpesquisa.fgv.br>

<http://www.youtube.com/gvpesquisa>

<http://www.flickr.com/photos/gvpesquisa>

APRESENTAÇÃO

Este anuário apresenta sínteses de pesquisas realizadas pelos professores pesquisadores da FGV-EAESP.

Os trabalhos foram financiados pelo GVpesquisa, nossa área de apoio às atividades de pesquisa, em quatro categorias, sendo duas de apoio individual, relacionadas a projetos realizados com apoio da bolsa balcão e da bolsa produtividade, e duas de apoio coletivo, relacionadas a projetos de Linhas de Pesquisa e de Centros de Estudos.

Os textos oferecem um panorama da contribuição dos pesquisadores da FGV-EAESP para o desenvolvimento da Administração no Brasil. Oferecem, também, indicações para a construção de uma agenda de pesquisa, para o presente e para o futuro.

Este anuário traz, ainda, um texto de Maria Tereza Leme Fleury e Servio R. C. Werlang sobre pesquisa aplicada, enfatizando a questão do rigor metodológico.

As sínteses das pesquisas foram preparadas pelos próprios autores e editadas por Adriana Wilner. O projeto gráfico foi conduzido pela designer Cris Tassi, e a coordenação geral do projeto coube a Daniela Mansour M. da Silveira, da equipe GVpesquisa.

Desejamos que este anuário atinja seus objetivos: disseminar o conhecimento gerado na FGV-EAESP e servir de ponte entre leitores e autores.

Saudações acadêmicas,

Thomaz Wood Jr.

Coordenador – GVpesquisa



GESTÃO PÚBLICA

Em que o Estado precisa ser capaz?

PESQUISA EM FOCO:

Capacidades estatais e implementação de políticas públicas

Maria Rita Loureiro,
Fernanda Lima-Silva,
Anna Mortara e
Adriana Aranha

Além da capacidade técnica, as habilidades de relacionamento com outros segmentos do governo e parceiros da sociedade civil são essenciais para a implementação das políticas públicas.

OBJETIVO COMPREENDER COMO CAPACIDADES ESTATAIS PODEM SER ESTUDADAS E DESENVOLVIDAS.

RAIO X DA PESQUISA

- Revisão de estudos sobre capacidade estatal, com levantamento das dificuldades e soluções para analisar, operacionalizar e mensurar o conceito.
- Análise das capacidades do Estado em cinco políticas federais: Programa Cisternas, Revitalização da Indústria Naval, Minha Casa Minha Vida (MCMV), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Bolsa Família.

RESULTADOS

- Deve-se separar medidas de capacidade estatal de medidas de resultados da capacidade, bem como fatores exógenos (como nível de crescimento econômico) de fatores endógenos.
- A capacidade estatal envolve tanto a capacidade técnico-operacional como a capacidade político-relacional. Por exemplo, no Programa Cisternas, que objetiva garantir que famílias rurais de baixa renda em região semiárida tenham acesso à água, o Estado contava inicialmente com capacidades técnico-operacionais (como editais e monitoramento), ainda que precárias. Mas não contava com capacidades político-relacionais (como formas de se relacionar com a sociedade). Durante o programa, foram desenvolvidas e aprimoradas capacidades técnicas, como padronização de editais, *software* de monitoramento, assim como capacidades político-relacionais, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e cursos aos beneficiados enfatizando nova visão de convívio com o clima semiárido.

O QUE HÁ DE NOVO

- O estudo mostra os desafios de analisar, desenvolver e monitorar capacitação para implementação de políticas públicas.
- O estudo chama a atenção para a necessidade de olhar não apenas para a capacitação técnico-operacional, como também para a capacidade político-relacional – a habilidade de se relacionar de maneira coordenada com outros segmentos da burocracia governamental e parceiros da sociedade civil.



Fale com a autora:

Maria Rita Loureiro – maria.loureiro@fgv.br